

HUGO DE BRITO
MACHADO SEGUNDO

PROCESSO TRIBUTÁRIO

11^a
edicao revista,
atualizada
e ampliada



- A EDITORA ATLAS se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição (impressão e apresentação a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo). Nem a editora nem o autor assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoa ou bens, decorrentes do uso da presente obra.
- Nas obras em que há material suplementar *on-line*, o acesso a esse material será disponibilizado somente durante a vigência da respectiva edição. Não obstante, a editora poderá franquear o acesso a ele por mais uma edição.
- Todos os direitos reservados. Nos termos da Lei que resguarda os direitos autorais, é proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, fotocópia e gravação, sem permissão por escrito do autor e do editor.

Impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

- Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa

Copyright © 2019 by

EDITORA ATLAS LTDA.

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Rua Conselheiro Nébias, 1384 – Campos Elíseos – 01203-904 – São Paulo – SP

Tel.: (11) 5080-0770 / (21) 3543-0770

faleconosco@grupogen.com.br / www.grupogen.com.br

- O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998). Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).
- Capa: Fabricio Vale dos Santos
- Data de fechamento: 27.11.2018

- **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.**
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

S459p

Segundo, Hugo de Brito Machado

Processo tributário / Hugo de Brito Machado Segundo. – 11. ed. – São Paulo: Atlas, 2019.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-97-01976-6

1. Direito tributário – Brasil. 2. Administração e processo tributário – Brasil. I. Título.

18-54175

CDU: 34:351.713(81)

Vanessa Mafra Xavier Salgado - Bibliotecária - CRB-7/6644

SUMÁRIO

1	NOÇÕES FUNDAMENTAIS	1
1	O Direito e o processo	1
1.1	O Direito	1
1.2	O Estado, o Direito Público e o Direito Tributário.....	2
1.3	O processo	4
1.4	Outros significados da expressão <i>processo</i> . Processo e procedimento	6
2	PRINCÍPIOS JURÍDICOS DO PROCESSO TRIBUTÁRIO	13
1	Conceito de princípio jurídico	13
2	Papel dos princípios jurídicos na atual Teoria Geral do Direito.....	14
3	Princípios gerais	15
3.1	Relação processual como relação jurídica submetida a princípios	15
3.2	Justiça.....	17
3.3	Segurança jurídica	19
3.4	Isonomia	20
3.5	Legalidade	21
3.6	Razoabilidade	22
3.7	Proporcionalidade.....	23
3.8	Publicidade	25
4	Princípios vetores da condução de procedimentos administrativos	26
4.1	A peculiar classificação do “mero procedimento”. Atividade administrativa típica	26
4.2	Oficialidade	28

4.3	Inquisitorialidade.....	29
4.4	Cientificação	30
4.5	Busca pela verdade real	30
4.6	Subordinação hierárquica	33
4.7	Dever de fundamentação	34
5	Princípios do processo	34
5.1	Princípios inerentes aos processos administrativo e judicial	34
5.2	Princípios peculiares ao processo administrativo	43
5.3	Princípios peculiares ao processo judicial	48
6	Quadro esquemático.....	54
3	PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO.....	56
1	Espécies e fundamentos.....	56
2	Lançamento tributário.....	58
2.1	Noções iniciais	58
2.2	As várias espécies de lançamento	59
2.3	O procedimento preparatório do lançamento por declaração... ..	60
2.4	O procedimento preparatório do lançamento por homologação.....	61
2.5	O procedimento nos casos de lançamento de ofício.....	63
2.6	O ato de lançamento. Natureza e requisitos	80
2.7	Apreensão de mercadorias e devido processo legal	86
2.8	A decadência do direito de a Fazenda Pública efetuar o lançamento	88
3	Processo de controle interno da legalidade administrativa.....	109
3.1	Noções iniciais	109
3.2	As várias etapas do processo administrativo fiscal. Disciplina- mento normativo	137
3.3	Prazo para conclusão do processo administrativo.....	188
3.4	Inscrição em dívida ativa	193
4	Outras espécies de procedimentos, de atos e de processos administrativos de controle da legalidade destes.....	196
4.1	Reconhecimento de isenções ou imunidades	196
4.2	Homologação de compensações ou deferimento de restitui- ções.....	201
4.3	Deferimento de parcelamento.....	209
4.4	Conclusão do procedimento e a possibilidade de impugnação.....	213
4.5	Consulta fiscal	214

4	PROCESSO JUDICIAL TRIBUTÁRIO.....	223
1	Noções gerais	223
1.1	Conceito	223
1.2	As várias espécies de tutela jurisdicional	225
1.3	Formalidade e formalismo. Instrumentalidade e proporcionalidade.....	227
1.4	Ações de iniciativa do Fisco e ações de iniciativa do contribuinte	230
2	Ações de iniciativa do Fisco	231
2.1	Execução fiscal.....	231
2.2	Cautelar fiscal.....	329
3	Ações de iniciativa do contribuinte.....	350
3.1	Legitimidade ativa <i>ad causam</i> nas ações de iniciativa do contribuinte	350
3.2	Embargos do executado.....	365
3.3	Mandado de segurança.....	378
3.4	Ação anulatória de lançamento	428
3.5	Ação declaratória.....	445
3.6	Ação de repetição do indébito	461
3.7	Algumas notas sobre as tutelas provisórias em matéria tributária.....	501
3.8	Ação de consignação em pagamento	522
3.9	Honorários advocatícios de sucumbência	531
3.10	A prova no processo judicial	538
3.11	O Simples Nacional e o processo tributário	542
4	Ações de controle de constitucionalidade.....	544
4.1	O controle de constitucionalidade pelo Judiciário	544
4.2	Controle “difuso” e controle “concentrado” de constitucionalidade.....	545
4.3	Ação direta de inconstitucionalidade.....	547
4.4	Ação declaratória de constitucionalidade	549
4.5	<i>Jura novit curia</i> e as ações de controle concentrado de constitucionalidade.....	550
4.6	Participação de terceiros na ADIn e na ADC	551
4.7	Controle concentrado de constitucionalidade e leis municipais	552
4.8	Medida cautelar nas ações de controle concentrado de constitucionalidade.....	554

4.9	Efeitos da decisão que declara, em tese, a inconstitucionalidade de ato normativo	555
4.10	A arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF).....	559
5	Ações da coletividade	563
5.1	Ação popular	563
5.2	Ação civil pública.....	567
BIBLIOGRAFIA.....		570
ÍNDICE REMISSIVO		588
ÍNDICE ONOMÁSTICO		593